Solicitada por: CGHCSVP	**Data:** 27/08/2025
Ministrado por: Marcel Augusto de Oliveira	**Início:** 14h00
Local: Via Sistema ZOOM	**Término:** 16h30

Participantes em reunião:

PARTICIPANTES CONVOCADOS	REPRESENTAÇÃO	Presença		PARTICIPANTES CONVOCADOS	REPRESENTAÇÃO	Presença	
		Sim	Não			Sim	Não
Adilson A. Ferreira Dias	Cons. Usuário	X					
Maria C. Buoni Cunha	Cons. Usuário	X		Lenira F. Soares	Supl. Usuário		X
Cleber R. de Oliveira	Cons. Usuário	X		Cleverson I. Teixeira	Supl. Usuário		X
Clodoaldo F. Dias	Cons. Usuário	X		Isabel M. S. Franco	Supl. Usuário	X	
Ivete de Campos	Cons. Usuário	X		Jose M. de Azevedo	Supl. Usuário	X	
Wilson HS Conceição	Cons. Usuário	X					
Agostinho P. Campos	Rep. Micro-Região	X					
Ralf M. de Carvalho	Rep. COMUS	X		Thaiza S. C. P. Soares	Supl. COMUS	X	
Camila B. Moreira	Rep. Trabalhadores	X		Vanessa C.P. Donadon	Supl. Trabalhadores		X
Selma R. R. de Melo	Rep. Trabalhadores	X		Cleberson de S. Silva	Supl. Trabalhadores		X
Gabriel V. Nabas	Rep. Trabalhadores	X		Pedro Nardir Monteiro	Supl. Trabalhadores		X
Beatriz L. de Castro	Rep. Assoc. Trab.		X	Andrea Tropea	Supl. Assoc. Trab.		X
Amauri Liba	Rep. do H.C.S.V.P.	X		Valter J. Kurgonas	Supl. Rep. H.C.S.V.P.	X	
Marcel A. de Oliveira	Rep. do H.C.S.V.P.	X		Lucimar M. Lima	Supl. Rep. H.C.S.V.P.	X	
Maria da C. S. Sobral	Rep. Dir. Estatut.	X		Cláudio Roberto Mariano	Supl. Rep. Dir. Estatut.	X	
Lucimara L. Mantovani	Rep. Adm. Pública	X		Glauco A. Franco	Supl. Rep. Adm. Pública		X

Faltas Justificadas:

Convidados: Vanessa, Flavio, Andre, Jhonatan e Douglas

Pauta:

1. Justificativa de falta
2. Deliberação da ata da reunião Ordinária (julho/2025)
3. Deliberação do Plano de Trabalho Radioterapia
4. Deliberação do Plano de Trabalho ESF
5. Criação da comissão de acompanhamento das filas cirúrgicas
6. Criação da comissão Eleitoral
7. Agendar reunião de qualidade para falar sobre os PA´s
8. Deliberação do envio das atas das comissões
9. Parecer da Comissão de Ética

Inicia a reunião ordinária do Conselho Gestor do Hospital de Caridade São Vicente de Paulo do dia 27 de agosto de 2025, realizada de forma online via plataforma ZOOM. Iniciando o primeiro item de pauta: **justificativas de faltas** não recebemos nenhuma. Iniciando o segundo item de pauta: **Deliberação da Ata de julho/2025.** Sra. Valéria diz lembrando que são dois minutos de fala, para que a gente consiga realizar todos os itens de pauta da reunião. Vou cronometrar aqui os dois minutos. Sr. Wilson pede a palavra e diz só lembrando que isso daí não está no regimento interno. Nós tivemos em julho, na executiva, nós

aprovamos os seguintes itens: que no dia 26 de julho nós teríamos duas empresas participando da reunião; a MSG e a ARDUT, e a Tascon e a AFIP viriam em agosto. Isso ficou decidido e não está na ata. Nós aprovamos no dia 26 de julho, que nós iríamos marcar uma reunião no dia 13 de agosto com a empresa MSG e Ardut, porque no dia que elas foram convocadas para comparecer aqui elas simplesmente decidiram não vir e por isso foi marcado para o dia 13; e no dia 26 de julho, o Marcel tinha sugerido que as duas empresas, a MSG e Ardut viessem agora para o pleno de agosto, o que não foi concordado. Porque já estava definido que agora viria a Tascon e Afip. Isso não está na ata. Então nós vamos aprovar uma ata no qual não está o que foi aprovado no pleno do dia 26, essa ata não está correta. Outro ponto, não está na ata. Eu solicitei que fosse entregue a relação dos imóveis alugado e a relação dos equipamentos médicos alugados. Eu queria visitar cada local e o conselheiro que quiser ir, é ideal que não seja um ato unilateral. Sra. Valéria diz que já deu os dois minutos de fala. Sr. Wilson responde não tem esse negócio de dois minutos. Não, não vem interromper. Também deixei claro no dia 26 de julho, que eu pedi desde do dia 4 de maio, que nós estamos aguardando uma reunião com o diretor operacional Marcel, que jamais se comprometeu em marcar uma nova reunião com os conselheiros para a gente pode analisar, avaliar, entender os contratos dos serviços que são prestados. Então há uma frequência de protelação, de enrolação para que a gente tenha acesso aos documentos. No dia 13, essa ata consta que aprovamos que viriam quatro empresas, não aprovamos isso. Tanto que no dia 13 só veio um papagaio de pirata na reunião. Mas vamos falar que era Ardut e Msg, e a Tascon, inclusive nós nem sabemos disso. Então se nós soubéssemos no dia 13 mesmo, nós tínhamos cobrado cadê os representantes das outras empresas. Então essa ata não é fidedigna. Não corresponde como a verdade. Sr. Marcel informa que já deu os dois minutos, peço respeito, porque todos querem falar. Sr. Wilson, pergunta, quem é o representante do poder executivo? Sr. Marcel responde temos dois minutos e tem que respeitar, todos querem falar. Sr. Wilson diz você é o que menos pode falar, porque você não responde. Quem que é o representante do executivo? Sra. Maria Cleuza diz os próprios conselheiros em comum acordo, optaram em fazer as reuniões das empresas separadas, não foi isso? Sr. Marcel responde sim, e o conselheiro concordou. Sr. Wilson informa que estão confundindo as datas. Sra. Thaiza pede, Presidente Marcel, por gentileza questão de ordem. Nós temos um regimento a ser cumprido em plena deliberação, ato de votação e conselheiro vem trazer matéria. Desculpa, mas existem comissão de trabalho dentro desse conselho, se o conselheiro não teve espaço, procure o ministério público. Se conselheiro não fez manifestação de interesse de item de pauta nas comissões. O momento não é agora, comissão existe para que se discuta esses temas. Ah, mas não concordo, desculpas queridos, cada um com seus problemas. Aqui é um trabalho de grupo de colegiado pleno, se toda vez conselheiro vier aqui tumultuar, para trazer assunto alheio a pauta. A gente vai ter que tomar uma medida dura e acionar o ministério público. Porque já está faltando com respeito, está violando a moralidade do próprio código de conduta ética e o regimento interno deste conselho. Eu acho que a grande maioria aqui talvez não alguns, mas a grande maioria aqui está vindo dedicar tempo para construir saúde e discutir sobre o São Vicente. Discutir temas importantes que aliás foram decididos pela executiva. Agora, se não está satisfeito, pelo amor de Deus, manifeste no ministério público. Marcel, por gentileza coloque ordem, você foi eleito por maioria dos votos para presidir esse conselho. E eu solicito a você que imponha questão de ordem nesse colegiado. Sr. Wilson pergunta se o conselheiro Ralf está na sala. Sr. Cleber diz Wilson vamos acalmar os nervos. Calma, você já colocou seu posicionamento. Vamos dar continuidade. Sr. Wilson diz não, mas eu quero resposta. Sr. Cleber responde, mas você vai Wilson, calma. Então dá direito à resposta, se você não der o direito à resposta, a pessoa não vai poder responder. Segundo ponto, Presidente, outros conselheiros. Sr. Wilson diz não tem presidente Cleber. Sr. Cleber responde tudo bem, a gente vai entrar nessa pauta. Marcel, você e o Liba são os dois representantes do hospital, certo? Nenhum outro conselheiro por parte do usuário. Pode vir num tom, ameaçar outro conselheiro. Por exemplo, eu entendo que a fala da conselheira Thaiza Salviano, foi para tentar apaziguar. Porém ela

não pode colocar uma fala ameaçadora para outro conselheiro. Ela não tem esse direito. Sra. Thaiza diz questão de ordem, Presidente. Oh, Cleber, você tem registro de ata ameaçando dona Cleuza, ameaçando todo mundo. Você não representa o hospital, você é um conselheiro usuário tanto quanto eu e os demais aqui. Sr. Cleber responde eu não interrompi você, Thaiza, eu não te interrompi, seja educada. Sra. Thaiza diz então, por favor, Presidente, eu estou gravando essa reunião. Sr. Cleber responde você pode gravar, pode fazer o que você quiser, não é problema meu. Sra. Thaiza diz ou mantém o rito sério e respeitoso, e a administração do hospital toma as rédeas ou vai virar um circo, como sempre alguns tentam fazer isso. É um ato de falta de respeito contra quem está dedicando tempo e muito trabalho para organização. Sr. Cleber diz Thaiza não vem com moralidade, não, porque você não tem moral nenhuma para falar isso. Sra. Thaiza responde Cleber aprende a respeitar a mulher quando estiver falando. Você não representa a administração, não representa a prefeitura. Você representa apenas seus interesses. Então você não tem o direito de cortar a fala. Também não envolva meu nome, não lhe dou o direito de citar meu nome. Fique calado, fale o que tem que falar. Mas não me envolva nos seus assuntos e, não é ameaça, é constatação a justiça existe para ser provocada. Sr. Cleber responde eu quero ver você ser mulher suficiente para calar. Sra. Thaiza diz está magoado. Faz um boletim de ocorrência, tenta a sorte. Mas não falte com respeito às pessoas aqui. Sr. Cleber diz Marcel, a Conselheira Thaiza Salviano não tem o direito, ela não é membro da administração. Sra. Thaiza responde nem você tem o direito, Cleber, aprenda a respeitar. Você tem um vasto histórico de falas agressivas e acediosas, então respeite para ser respeitado. Sr. Cleber diz ela não é vice-presidente, ela não tem hierarquia dentro desse conselho para ela ameaçar outro conselheiro. Sra. Thaiza responde não lhe dou o direito de violar a moralidade e atacar minha honra. Vamos parar com a bagunça aqui, eu não vou admitir falta de respeito. Sr. Cleber diz você não tem moral para falar parar de bagunça Thaiza. Ah, Thaisa não começa com a sua moralidade, não. Sra. Thaiza diz temos mulheres, pessoas idosas, pessoas usuárias do serviço SUS, tentando acompanhar uma discussão séria. E vocês vêm com gracinha, com falta de respeito com relações, acusações e assédios. Sr. Cleber responde ah, nossa, não, gracinha, não. Sra. Valéria diz os questionamentos que vocês fizeram estarão registrados na ata, porque assim a gente não vai conseguir dar andamento na reunião hoje. Sr. Marcel diz temos nove itens de pauta, vamos seguir a pauta. Sr. Cleber diz Marcel, por favor você organiza os itens de pauta. Só que, de novo, a Valéria não pode falar desse jeito. Ela é secretária do conselho, ela não tem o direito de puxar a orelha de ninguém, ela não pode. Sr. Marcel diz na comissão executiva combinamos os itens de pauta, vamos seguir a pauta. Sr. Cleber diz Wilson, põe as colocações nos informes. O importante é registrar na ata a fala de cada um. Não vou entrar em debate, porque assim é muito grande, extensa. O que nós temos que fazer é respeitar o Wilson, porque ele colocou um ponto. Ninguém tem que ameaçar ninguém, nenhum conselheiro, nem Thaiza, nem Cleber, nem ninguém. E muito menos a Valéria achar que pode dar puxão de orelha em conselheiro, porque ela não está aí para isso. Sr. Marcel responde ela quer organizar a reunião. Sr. Cleber responde ela pode te auxiliar a organizar a reunião, mas dá puxão de orelha em conselheiro, ela não pode não. Sra. Maria Cleuza diz ela está ajudando na organização. Sr. Wilson diz a pauta está irregular. Sr. Marcel responde Wilson você já teve seus dois minutos de fala, vamos seguir com a pauta. **Iniciando a votação da deliberação da ata de julho/2025:** Adilson aprova com as observações apresentadas pelo Wilson, Maria Cleuza aprova, Cleber não aprova porque a ata foi adulterada, Ivete aprova, Wilson não aprova, Agostinho aprova, Ralf aprova, Liba aprova, Marcel aprova, Camila aprova, Selma aprova, Gabriel aprova, Lucimara aprova e Claudio Mariano aprova, totalizando 12 votos de aprovação e 2 de reprova, a ata do mês de julho é aprovada. **Iniciando o terceiro item de pauta: Deliberação do Plano de Trabalho da Radioterapia.** Sr. Liba diz a vigência é de 01 de setembro de 2025 a 31 de agosto de 2026, o plano vigente o custo é de R$ 436.714,00 (quatrocentos e trinta e seis mil setecentos e quatorze reais), o plano proposto é de R$ 331.785,00 (trezentos e trinta e um mil setecentos e oitenta e cinco reais), apresenta a planilha de despesas previstas. O hospital foi contemplado pelo Ministério da Saúde com

um programa para trocar o acelerador linear antigo, que já tinha vida útil de apenas um ano. Com o novo equipamento, os pacientes de radioterapia terão tratamentos mais eficientes em menos tempo, com melhor qualidade e maior dose de radiação, aumentando a capacidade de atendimento em 40% e permitindo que o hospital se equipare a grandes centros internacionais. A transição começará em setembro, com alguns pacientes sendo tratados em empresas externas, e a instalação do novo equipamento está prevista para outubro. Sr. Flávio, encarregado da radioterapia, afirma que, além disso, o paciente pode fazer o tratamento com menos sessões. A duração do tratamento é reduzida de doze para oito minutos. Embora pareça uma pequena diferença, para um paciente que está com uma máscara pressionando o rosto e sem poder se mover, isso faz uma grande diferença. Isso representa um enorme ganho de qualidade, que também contribui para a nossa oferta de vagas. Conseguiremos atender toda a demanda de Jundiaí de forma imediata, sem gerar filas de espera. Além disso, a qualidade dos tratamentos é outro benefício significativo. Com esse novo equipamento, estaremos à altura dos grandes centros mundiais. Seremos capazes de realizar o tratamento de radioterapia com uma dose de radiação maior. Em outras palavras, haverá um aumento no controle do tumor. Sem danificar os tecidos saudáveis ao redor. Dessa forma, o paciente experimentará menos efeitos colaterais e terá um controle tumoral mais eficaz. Teremos muitos benefícios, e isso colocará o São Vicente em destaque na radioterapia brasileira, equiparando-se a importantes centros internacionais. Sr. Liba prossegue com a apresentação, apresentando o cronograma de desembolsos e a fase de transição. O plano foi apresentado na comissão financeira e teve o parecer favorável. É aberto para esclarecer às dúvidas. **Iniciando a votação da deliberação do Plano de Trabalho da Radioterapia:** Adilson aprova, Maria Cleuza aprova, Cleber aprova, Isabel aprova, Ivete aprova, Wilson aprova, Agostinho aprova, Ralf aprova, Liba aprova, Marcel aprova, Camila aprova, Selma aprova, Gabriel aprova, Lucimara aprova e Claudio aprova, totalizando 15 votos de aprovação, o plano de trabalho da radioterapia é aprovado. Sr. Liba recorda que a radioterapia teve início com a Sra. Valdirez, que passou por tratamento de câncer e fez doações para a aquisição da primeira máquina de cobalto. Ela atuou junto às autoridades públicas para obter a sessão do cobalto para o primeiro acelerador linear. Sr. Wilson pede a palavra e diz vou aproveitar também para sugerir se a gente pode, quando for fazer a sala de radioterapia fazer uma homenagem e levando em consideração o apoio da Sra. Valderez, que eu acho isso importante. Sr. Liba responde o nome da sala já é Valderez em homenagem a ela. Sr. Wilson diz falamos da nossa aprovação na nossa comissão, eu acho que nós teremos realmente um avanço muito grande. Os números já contam a redução. Isso é muito importante para todos nós. Para nós, que somos conselheiros para o paciente. O hospital ganha com isso e realmente a gente torna se uma referência. Estão de parabéns. **Iniciando a deliberação do quarto item de pauta deliberação do plano de trabalho ESF,** Sr. Liba explica a vigência é de 01 de setembro de 2025 a 31 de agosto de 2026, com o custo previsto de R$ 48.971.934,18 (quarenta e oito milhões novecentos e setenta e um mil novecentos e trinta e quatro reais e dezoito centavos), explica que o aumento do valor que vai ocorrer a partir de dezembro de 2025 e que a UBS da Vila Rio Branco será entregue. Exibe a tabela de funcionários de setembro a dezembro de 2025, e do período de dezembro a agosto de 2026, com um aumento significativo devido à abertura da nova UBS. Finaliza a apresentação com a planilha AUDESP - estimativa de custos. É aberto para esclarecer as dúvidas. Sr. Ralf pergunta quando iniciou esse convênio entre Prefeitura e São Vicente. Sr. Liba responde que precisa verificar. Eu entrei como consultor contábil em 2014 e já existia. O Marcel trabalhou aqui em 2010 e já existia. Vou levantar a data. Dra. Tatiane coordenadora da ESF se apresenta e diz sou médica de formação, eu entrei para trabalhar aqui em Jundiaí pelo São Vicente, pelo contrato São Vicente ESF em 2003. Então esse contrato existe praticamente desde 2001,2002 se eu não me engano. Eu entrei para trabalhar pela estratégia saúde da família médica no PSF Shangai em 2003. Sra. Thaiza Salviano informa pelo chat que o primeiro convênio entre o Hospital São Vicente de Paulo e a Prefeitura de Jundiaí foi formalizado em 1982, com a promulgação da Lei nº 2.588 em 13 de agosto daquele ano, autorizando o uso das

instalações do hospital pela administração municipal, em 20 de agosto de 1982 esse convênio foi publicado. **Iniciando a votação da deliberação do plano de trabalho da ESF:** Adilson aprova, Maria Cleuza aprova, Cleber aprova, Isabel aprova, Wilson aprova, Agostinho aprova, Ralf aprova, Liba aprova, Marcel aprova, Camila aprova, Selma aprova, Gabriel aprova, Lucimara aprova e Claudio Mariano aprova, totalizando 14 votos de aprovação, é aprovado o plano de trabalho da ESF. **Iniciando o quinto item de pauta:** Criação da comissão de acompanhamento das filas cirúrgicas, lembrando que as comissões são formadas por 6 conselheiros, que são 50 % dos representantes dos usuários e 50% dos demais segmentos. Ralf, Wilson, Adilson e Cleber se candidatam. Cleber opta por não se candidatar, para evitar votação. Lucimara, Camila e Liba se candidatam, a comissão é composta por Ralf, Wilson, Adilson, Camila, Lucimara e Liba. Sr. Wilson diz apesar de não ter entrado completamente como criação da comissão de acompanhamento da fila cirúrgica. "Deu uma falha na memória". **Iniciando o sexto item de pauta:** Criação da comissão eleitoral, Sra. Valéria esclarece que, como o mandato dos conselheiros atuais termina em dezembro de 2025, é preciso uma comissão para conduzir o processo eleitoral. Sr. Cleber pede a palavra e diz na última comissão eleitoral foi deliberado que os conselheiros que fizessem parte dessa comissão são os conselheiros que não vão estar na próxima eleição. Para poder ter uma transparência melhor, uma paridade melhor. Na outra eleição tivemos conselheiro que era a candidato à reeleição, acabou gerando um calor, porque daí tem acesso às fichas, faz análise. Então eu peço para que siga o que nós deliberamos da última eleição, que os conselheiros que vão fazer parte dessa comissão, que eles não tenham a possibilidade de reeleição para o pleito de 2026, por favor. Cleber, Wilson e Clodoaldo se candidatam. A Sra. Isabel Franco se candidatou, porém, a Sra. Valéria diz que, em relação à suplência, há a questão de não poder integrar as comissões. Na última vez, a senhora foi titular, pois assumiu a vaga durante o afastamento do titular da microrregião. Sra. Thaiza pede a palavra e diz isso foi deliberado em ata, porque o dito sem prova, ele não tem valor nenhum. Dentro do regimento do conselho estadual do conselho nacional, que são leis que regem os demais conselhos menores de município, não consta nada disso. Eu peço, entendendo que cada território e conselho podem fazer seus apontamentos de ordens. Tem em ata? Porque se não tiver, fica algo, pode vir a ser de comum acordo. Então Valéria se puder trazer a deliberação e também um parecer jurídico, sobre esse tema, eu acho que fica confortável sem correr em nenhuma infração legal ao próprio regimento e à garantia das leis constitucionais já existentes na demarcação e organização do controle social. Porque, pelo visto, vai ficar faltando um membro, por conta dessa regra supostamente deliberada. Eu peço que em tempo hábil e oportuno tragam ao conhecimento de todos. Sr. Cleber pede a palavra e diz foi deliberado isso, tem registrado na ata. Lembrando que a comissão eleitoral é uma comissão não permanente, uma comissão transitória só no período eleitoral. Então foi deliberado isso, tem registro em ata lá de 2025 se eu não estiver enganado. Você pode resgatar a ata, que está lá. Aprovado pelo pleno do conselho do hospital São Vicente. Sr. Wilson diz com todo respeito à Conselheira Thaiza, quando a gente fala em seguir o regimento, uma das obrigações de seguir o regimento é que na presença do conselheiro titular e, se tratando da parte de votação e de aprovação. Somente o titular é que se manifesta. Então eu gostaria, sim, que a gente dedicasse mais tempo ouvindo, não diminuindo, não menosprezando, jamais. Isso aí não é o objetivo, mas é que por favor, Valéria, você tem a obrigação de você se manifestar e tomar uma atitude em relação a isso. O que é suplente no conselho, ele não pode se manifestar, sugerir, induzir, não pode trazer possíveis cogitações que devem ser feitos referências, nem nada. Eu acho que a gente precisava cumprir o regimento porque a gente fala muito do regimento e na verdade não funciona para nada. Gabriel, Marcel e Lucimara se candidatam. A comissão é composta por Cleber, Wilson, Clodoaldo, Gabriel, Marcel e Lucimara. Sra. Thaiza pede a palavra e diz no capítulo art. 13 do funcionamento do regimento interno, no inciso 6° diz - Fica assegurado a cada um dos membros participantes das reuniões do CGHCSVP o direito de se manifestar sobre o assunto em discussão, porém, uma vez encaminhada para votação o mesmo não poderá voltar a ser discutido. Voltando um pouquinho da organização,

membros do colegiado pleno são todos os conselheiros, titulares e suplentes, sendo que a única diferença é que, para garantir o quórum é contado os membros titulares. Na ausência dos titulares, vale o suplente para dar quórum. Portanto, Sr. Wilson, conselheiro suplente tem garantido no próprio regimento, no Art. 13, inciso 6° o direito de fala só a título de informação. E que esse assunto não volte mais a se tornar um item de falta de respeito e tentativa de cerceamento. **Iniciando o sétimo item de pauta:** Agendar reunião de qualidade para falar sobre os PA´s. Sr. Cleber pede a palavra e diz como deliberamos isso na reunião executiva, é porque nós não estamos conseguindo entender a forma de plantão dos médicos. Hoje, dentro do PA Central e, o que ele entrega para nossa população, infelizmente, o serviço lá vai de mal a pior. A gente quer inclusive ouvir o corpo docente, a parte de gestão do PA Central como está sendo feito as ações para minimizar os impactos negativos que o PA Central vem tendo nos últimos quatro, cinco meses. Nós entendemos que a demanda é grande, o volume de procura é grande. Só que o serviço tem que ofertar qualidade. E dentro de um contrato a empresa médica que hoje aqui está lá, a gente não está conseguindo ver, por exemplo, os valores que hoje custa a empresa médica do PA Central. Segundo ponto, a gente não sabe quanto custa um plantão médico lá dentro hoje. Porque é impossível um médico sair da casa dele sabendo que a maioria dos médicos não é de Jundiaí, entrar às 19 horas da noite num plantão e, sair às 22h ou às 23h do mesmo plantão. Quanto que esse médico está ganhando? Essa é a grande pergunta. Porque o médico trabalha duas, três horas e ele está ganhando quanto. Então a gente está pedindo essa reunião, com o PA Central e também trazendo aqui, por favor, que registre em ata os valores que estão sendo pago para esses médicos, principalmente que estão entrando às 19 horas da noite e saindo 22 horas da noite, 23 horas da noite. Agora os emergencistas, deu também de entrar 07 horas da manhã e sair 13 horas da tarde, sendo que sempre no plano de trabalho foi apresentado dois emergencistas, 12 horas cada. Isso não está tendo substituição, a gente está tendo furo de plantão dentro do PA Central. Então a gente não está conseguindo entregar um serviço de qualidade na qual nós estamos pagando as empresas lá dentro. Então nós estamos provocando essa reunião, eu peço a colaboração dos demais conselheiros, que a gente saia com uma data já determinada desse pleito por conta da urgência que tem de entender esse plano de trabalho, principalmente da empresa médica com o PA Central. Porque a gente está tendo uma dificuldade de atendimento gigantesco. As pessoas estão ficando lá cerca de doze, treze, catorze horas para poder ter o retorno do médico, porque ninguém sabe como está o fluxo lá dentro, está todo perdido. Estamos pedindo essa reunião com o PA Central para a gente poder entender como é o fluxo e, principalmente os valores pagos para essa empresa médica. E esses médicos que a gente tem o nome, a gente vai nomear os médicos no dia da reunião que entram às 19 horas da noite e sai 23 horas da noite. Quanto esses médicos estão ganhando, faz favor, a gente pede essa transparência do PA Central. Sr. Wilson diz trouxemos na comissão a situação do PA Central, eu estou com um abaixo assinado de mais de 120 funcionários, no qual a maioria são mulheres, com insegurança a noite de descer para jantar no refeitório do hospital. Ontem várias não desceram por conta da chuva. A gente precisa fazer um levantamento para que a ponte que é viável financeiramente é fornecer o vale refeição para eles ou não. A gente precisa de dados, comprovar que realmente nós não conseguimos fazer isso. Já trouxemos para o Liba, trouxemos na reunião. Então isso precisa trazer o mais rápido possível. Nós não podemos fazer com que algumas dessas mulheres, inclusive mencionam sobre o problema do pessoal em situação de rua. Que elas se sentem inseguras por eles estar caminhando no horário onde elas andam ali. Liba, você ficou de trazer essa informação. Eu havia obrigado de fazer esse estudo e trazer para essas pessoas. Foi falado que. Ah, mas eles vão pegar, saem do PA e descem para o refeitório. Se der o refeição, vai sair do PA, e vai também encontrar um estabelecimento para fazer a compra. Onde que meia noite, uma hora da manhã tem local aqui na área Central para elas jantar e elas não vão fazer isso. Então essa desculpa, que foi falado pela diretoria, não é a correta. Tem 120 assinaturas aqui na manifestação interesse dos funcionários. A gente agora tem que ver que não é viável financeiramente. Sr. Liba diz sobre a reunião

podemos agendar para o dia 11/09 e, a Dra. Lucimar estará presente, ela cuida da parte assistencial. Sr. Cleber diz vai trazer o coordenador do PA Central, a Doutora Lucimar, que é representante da gestão na urgência de emergência e no ambulatório. E quem mais? Liba responde a empresa médica, na reunião de qualidade para falar sobre os Pa´s. A reunião ficou agendada para quinta-feira, dia onze de setembro, às nove horas da manhã. Sr. Wilson pergunta se vai entrar a pauta da refeição. Sr. Liba informa que trata na mesma reunião, eu vou olhar o orçamento e conversar com a gestão do PA. Sr. Wilson diz lembrando que, também, além da direção do PA, também tem a manifestação dos colaboradores que pesa também. Sr. Liba comunica que estão ocorrendo reuniões para discutir o orçamento. Então a gente faz essa reunião já com tudo isso na mão. A gente fala das empresas médicas e fala dessa reivindicação. **Iniciando o oitavo item de pauta:** Deliberação do envio das atas das comissões, Sra. Valeria explica que hoje as atas das comissões não são enviadas. Sr. Wilson diz nós já estamos já no mês oito e não temos nenhuma única ata sequer da reunião no pleno disponibilizada no site do hospital para conhecimento público. Sr. Liba responde que vamos passar a enviar. Sra. Valeria diz a Thaiza mandou aqui no chat que a ata deve ser encaminhada a todos conselheiros. Então encaminhamos para todos os conselheiros as atas das comissões. Sr. Wilson responde não é só isso, tem que ser pública. Enviar não é o suficiente. Tem que ser pública. Sra. Valéria responde a da reunião plenária é pública, as das comissões realizam um trabalho de comissão. **Iniciando a votação do envio das atas das comissões:** Adilson aprova, Maria Cleuza aprova, Cleber aprova, Wilson aprova, Agostinho aprova, Liba aprova, Marcel aprova, Camila aprova, Selma aprova, Gabriel aprova, Lucimara aprova e Claudio aprova, totalizando 14 votos de aprovação é aprovado o envio das atas das comissões aos conselheiros. **Iniciando o nono item de pauta**; Parecer da comissão de Ética. Sr. Wilson diz só para eu poder repetir aqui o que eu falei aqui na sala. Eu falei que nós não temos presidente. Sra. Valéria informa que temos presidente. Sr. Wilson pergunta quem é? Sra. Valéria responde o Marcel. Sr. Wilson diz que desconhece. Sra. Valéria diz ele foi eleito, estamos sem o vice. Sr. Adilson diz mas se tem presidente, tem que ter vice também. Como que está essa questão? Sr. Cleber diz vamos terminar os itens de pauta, porque a gente vai entrar nessa questão, é uma questão que vai inclusive gerar debate, calor. Então vamos terminar os itens em pauta, nos informes eu também estou nessa questão dessas eleições, tanto da presidência como da vice-presidência. Sr. Cleber pede a palavra e diz nós tivemos a primeira reunião da comissão de conduta e ética há quase dois meses atrás, onde foi deliberado um prazo de quinze dias para que a conselheira que foi em ato de denúncia por minha parte e pudesse se manifestar. Então, quando a gente fala que não respeita o regimento desse conselho, é exatamente nisso. Isso tem que constar na ata da reunião da comissão de conduta e ética, que já vai fazer dois meses que nós tivemos e não se reuniu novamente, nós não tivemos resposta nenhuma. Não lemos o regimento, a conselheira não se manifestou nem para o lado A nem para o lado B. Ficou uma coisa vaga e após dois meses a gente está discutindo uma situação que já poderia ter sido encerrada. Por isso que eu pedi para colocar como item de pauta, para que constasse em ata. Que a comissão de conduta e ética não teve nenhum parecer em relação ao manifesto na qual a conselheira denunciada teve, se ela se manifestou ou não é um direito dela. Poderia se manifestar, como não poderia. Mas a gente não teve o segmento do trabalho, eu peço para que enviem essa ata, porque eu vou estar enviando isso à câmara municipal. Acionando a comissão de saúde da câmara municipal, para que eles possam estar juntos conosco nas próximas reuniões, porque, infelizmente, não é respeitado o regimento, de maneira alguma dentro do hospital. Foi falado na reunião quinze dias, já se passaram quase dois meses e ninguém trouxe. Nem para falar assim: chamamos a conselheira, a conselheira prescreveu um relatório. Não a conselheira não quis se manifestar e falou que não vai. Ou seja, nenhum parecer novamente. Depois de dois meses, a coordenadora Cleuza traz para nós agora que ficou de ver. Sra. Maria Cleuza responde você não deixou eu explicar, iniciou a fala. Essa ata foi em maio, por isso que falamos para marcar essa data de reunião, a Thaiza pode estar presente, mas é muito sério o que você quer saber, você vai saber com detalhes tudo que aconteceu. Eu pedi para o Marcel marcar a reunião da

comissão de ética. Sr. Cleber responde, mas isso ficou deliberado em quinze dias. Está constando isso na reunião, estamos em agosto. Sra. Maria Cleuza diz tem tanta coisa mais grave Cleber. Sr. Cleber diz lógico que tem, porque se eu não falo de novo e o parecer da comissão? Ia passar agosto, setembro, outubro, novembro e ninguém ia falar nada. Sra. Maria Cleuza responde eu pedi hoje para marcar a data dessa reunião, até porque vai aparecer muito mais coisa e tem mais coisas para passar na comissão de ética. Sr. Cleber diz só vale lembrar Cleuza, você como coordenadora, a denunciada tem que montar a defesa dela, ela não tem que acusar. Porque vindo de vocês, a gente espera qualquer coisa. Então, só para lembrar que para vocês acusar qualquer outro conselheiro tem que passar por aqui. Se chegar na comissão de ética e falar: mas o Cleber falou a falou B, não vamos aceitar, porque não é item de pauta. A conselheira está lá para ser ouvida na defesa dela sobre o áudio que eu disparei e mandei para conhecimento de todos. Agora, se ela tem alguma denúncia, se ela tem alguma coisa, ela tem que seguir o trânsito. Sra. Maria Cleuza diz eu não tenho nenhum áudio. Sr. Cleber responde eu mandei na época, não era a Valéria, era a mocinha. Mandei no número do hospital São Vicente. Ela falou que ia disparar para todos os conselheiros, mas eu mandei o áudio. Se ela não mandou a falha não é minha. A falha foi de quem recebeu o áudio e não disparou para vocês. Mas acabou a reunião eu já mandei o áudio para ela, eu tenho registrado aqui. Só para poder deixar registrado que assim, quer fazer alguma denúncia contra o Cleber? Ótimo, é direito de qualquer conselheiro. Venha e faça legalmente, não tenta fazer o que fizeram lá no começo do ano, que não vai colar. Então a conselheira na qual eu denunciei, que é a Thaiza Salviano. Ela tem o direito de fala na defesa e não de acusação. Se vier acusar, vou pegar e vou levar isso novamente para o pleno. Para a câmara municipal e da câmara municipal eu vou levar para o ministério público. Agora ela pode vir aqui e falar assim: Olha, eu tenho uma denúncia contra o Cleber, a fala dele lá atrás, foi isso, a ação dele lá atrás foi aquilo. E está tudo certo. A comissão se reúne novamente e avalia. Desde que aja o trâmite, certo. Eu não acho problema nenhum, pode me denunciar ou não. Agora eu não vou aceitar é: Ah, tem muito mais. Não, tem um item de pauta, na qual tem que ser discutido. E esse único item de pauta não está sendo discutido. Então não vem falar aqui para mim que você tem muito mais, que não tem muito mais, isso fere o regimento. Sra. Maria Cleuza responde ela tem que ter a defesa, ela pode participar. Eu não falei 15 dias, estou com a ata de julho. Sr. Cleber responde e diz você como coordenadora falou 15 dias e por favor, traz a ata prescrita ou a gravação. Porque a reunião foi gravada, essas atas nossas aqui estão sendo aventuradas. Sra. Maria Cleuza diz o Marcel falou que iria marcar a reunião, ele deixou claro isso que era em agosto. Sr. Cleber responde 15 dias. Bom, mas enfim, só para poder deixar orientado. Não vem com esse muito mais para querer me intimidar, que não vai. Sra. Maria Cleuza diz não é intimidar, não, Cleber. Sr. Cleber responde, me desculpa vindo de vocês, eu posso esperar qualquer coisa. Então eu já estou colocando aqui que se vir com outro item de pauta na reunião, a gente não vai aceitar porque nunca faz parte do item de pauta. Sra. Maria Cleuza responde será só o seu item de pauta. Sr. Cleber diz por favor, Valéria, o áudio eu disponibilizei há mais de um mês para vocês no whatsApp do São Vicente. Informa a coordenadora porque a coordenadora da comissão não foi informada. Olha que absurdo gente, ela não tem conhecimento do áudio. Sra. Maria Cleuza diz eu pedi agora. Sra. Valéria diz no whatsApp do conselho não temos isso. Sr. Cleber responde tem sim, eu vou printar e vou colocar para vocês, eu mandei isso. Sra. Maria Cleuza pede para enviar. Sr. Cleber responde por favor, Valéria disponibiliza para a coordenadora porque eu enviei para você no dia 10 de julho de 2025, vou reenviar novamente para que vocês possam ter conhecimento. Por favor, né gente, vocês precisam levar um pouco mais a sério. A gente está disponibilizando o nosso trabalho. Inclusive já era para poder ter chegado a você Cleuza. Sr. Wilson pede a palavra e diz Valéria o áudio foi enviado no dia dez de julho. Você escreveu o seguinte: prezados, bom dia. Segue o áudio enviado pelo conselheiro Cleber na reunião de hoje da comissão de ética e conduta. Enviou junto o áudio. Sra. Valéria responde está data eu não estava no hospital, eu estava de férias. Vou verificar com a Elaine como foi feito isso, porque no histórico do celular não encontrei. Mas como utilizamos muito o whatsApp no

computador pode estar lá. Sra. Maria Cleuza diz a gente depende da data do Marcel, a gente pode pegar o áudio, porque documentação tem. Sr. Wilson, pergunta depende da data de quem? Sra. Maria Cleuza responde da data que cabe para o Marcel, porque ele também é da comissão. Sr. Wilson responde está errado, a gente não depende do Marcel. Sr. Cleber diz lembrando que tem que ter uma paridade. O Marcel é um membro do conselho, a comissão tem que ter uma paridade de data, porque as pessoas trabalham, precisam entrar nessa inteligência. Fica definido que a reunião da comissão de ética e conduta será realizada na segunda-feira no dia 01 de setembro de 2025 às 09h. Sr. Cleber diz só deixando mais uma vez registrado, a fala da conselheira Cleuza que tem muito mais. Sra. Maria Cleuza responde que o conselheiro vai ter a resposta do caso da Thaiza. Sr. Cleber diz é a comissão Cleuza, não vamos generalizar. Sra. Maria Cleuza diz só falta eu conhecer o áudio. Sr. Cleber responde que foi enviado novamente para o São Vicente. **Iniciando os informes.** Sr. Wilson pede a palavra e diz nós temos uma composição que é anulada. Nós não temos Presidente no Conselho Gestor do hospital São Vicente, a votação não tem validade nenhuma. São vários aspectos que eu poderia apresentar se quiserem. A partir da data da pré-eleição, a eleição ocorreu e, como muitos conselheiros e conselheiras em direção do hospital gostam de falar segue o regimento. Então vamos seguir o regimento ele fala que o voto tem que ser secreto. Vocês não seguiram o regimento. Porque o voto foi aqui, na frente de todo mundo, isso daí já anula. O regimento fala que tem que ter a data, tem que ter um monte de critérios. É só vocês pegarem e navegar lá no capítulo sexto do regimento interno do conselho gestor. Outra coisa, a portaria 196 de julho de 2025 onde designa o senhor Liba, Marcel, Walter, entre outro aí para o hospital São Vicente. O Marcel foi indicado, nós não temos a portaria, não temos na imprensa oficial da eleição do presidente e a eleição do vice também. Sr. Cleber diz só pegando o gancho do Wilson. O que a gente está trazendo aqui, o Marcel ele foi eleito presidente pelo voto aberto antes de sair o nome dele no edital. E não poderia, tinha que primeiro publicar o nome dele como conselheiro no edital. Para que aí sim, ele pudesse concorrer a um cargo executivo dentro do hospital. A gente está trazendo e pedindo para que haja uma nova eleição para presidente, porque, segundo tanto o estatuto municipal, estatuto estadual federal ele fala da gestão. Para depois participar de um pleito executivo. Outro ponto, a gente não validou a eleição da vice-presidência. Por quê, inclusive eu quero colocar como item de pauta na comissão de conduta e ética essa questão por quê o Sr. Ralf que é o titular da Sra.Thaiza Salviano ele estava presente na unidade do hospital São Vicente. A gente tem as câmeras do hospital São Vicente que mostra o horário que o Sr. Ralf chegou, a gente pegou a ata, na qual a UBS falou que ele participou da reunião que começava às 15h no Ivoturucaia, não começa. Começa às 14h e, ele estava presente. E a Thaiza Salviano entrou como titular para exatamente participar da eleição como vice-presidente. Só que ela não pode, porque ela não é titular, ela é suplente do Ralf. Para isso o Ralf tinha que abrir mão da titularidade dele para poder ela então ser a titular. Outra coisa, a gente está pedindo a anulação se eu não estiver enganado da reunião de abril. Por quê a mesma presidiu a reunião e ela não pode presidir a reunião. Por que ela não podia presidir a reunião, mesmo com o pleito deliberando, porque o titular dela estava presente na reunião que é o Ralf e, ela como suplente não poderia estar presidindo uma reunião. Porque quem preside a reunião na falta do presidente, na falta do vice-presidente, é o membro da gestão e o Sr. Liba estava presente na reunião. Ou seja, quem tinha que conduzir a reunião era o Sr. Liba e não a Thaiza Salviano. Então a gente está pedindo anulação dessa reunião de abril, porque ela não é válida. Os itens de pauta que passou lá, a gente vai ter que gerar uma extraordinária porque foge do regimento, foge do estatuto municipal, estatuto estadual, ou seja, tudo errado. Eu entendo que o voluntariado da mesma foi para poder ajudar a reunião. Mas como ela não tinha conhecimento do item de pauta e por ser suplente ela não pode deliberar nada. Ela não tem esse poder. Então a gente também está pedindo a anulação da reunião em relação à qual a mesma presidiu. Com isso a gente leva também a denúncia na comissão de conduta e ética que ela não poderia. Segundo, o que nós estamos falando, por que tem que ter uma nova eleição. Porque o Marcel não tinha sido nomeado ainda como conselheiro e, ele não poderia então ser

nomeado como presidente no caso, é um cargo executivo dentro do conselho. Aí consequentemente, a gente precisa novamente trazer em pauta a questão da vice-presidência, que a gente não tem, porque a conselheira não pode assumir a vice-presidência porque ela é suplente. No caso, teria que ser um titular. A gente precisa trazer novamente essa discussão, para que possa legalizar. Mesmo que o Marcel ele possa e vir e falar, eu vou me candidatar novamente aqui e tal, tudo bem. Mas é necessário que faça uma nova eleição. Aquela eleição passada por ele não ter sido nomeado ainda como membro do conselho do hospital São Vicente ele era só indicado pelo Liba, ele não poderia assumir nenhum cargo executivo. Até sair a nomeação dele, então é por isso que nós estamos trazendo novamente essa questão para que possa legalizar o andamento do conselho. Sra. Maria Cleuza responde eu discordo de uma coisa. O que foi votado na reunião de abril eu acho que jamais volta para trás um problema da saúde, isso não tem como voltar atrás. Eu acho que de jeito nenhum, porque a gente não está mexendo com qualquer coisa. A gente está mexendo com o problema pior que é a saúde e eu acho que essa coisa a gente não atrasa, uma demanda nesse nível. Então acho que a gente vai ter que ter cuidado nessas decisões e nessas atitudes. Sr. Cleber diz em relação aos itens de pauta não precisa mexer, o que a gente precisa é legalizar. Então faz uma extraordinária e legaliza. Não precisa mexer na estrutura não, não vamos prejudicar, não é a intenção. Por uma questão de legalidade, precisa refazer. A conselheira Thaiza Salviano não tinha o poder de presidir a reunião. Não pode isso, aí amanhã mais tarde, inclusive pode complicar o hospital São Vicente, a gente está trazendo isso, não é porque o Cleber persegue ou deixa de perseguir não. É uma questão de legalidade, amanhã ou mais tarde, o hospital São Vicente, o ministério público querer as atas do conselho vai estar o nome lá presidente que presidiu; Thaiza Salviano quem vai explicar falar por que ela presidiu, ordem de quem. Ah, mas não é regimental, não está no estatuto, ela não poderia. A gente só quer evitar que complique para o hospital. Então é só ir lá votar os itens de pauta e deliberar de novo. Não precisa mexer na estrutura, só queremos legalizar. Sr. Andre pede a palavra e diz eu estive aqui no dia 25 de março. Não sei se vocês se recordam. Representando uma parcela da sociedade civil, que tinha três interesses. Três pautas que eu trouxe. A primeira pauta era a criação dos conselhos gestores dentro dos prontos atendimentos para facilitar a avaliação e o estímulo na qualidade de serviço. Isso amparado na lei 8.142/90. Sendo que, lembrando tendo como exemplo o pronto atendimento da ponte São João, quando tinha governança mista que o Hélio era o enfermeiro que era o gerente da unidade ele realizou a eleição e nós tivemos um conselho lá por dois anos, foi muito positivo, como as atas podem mostrar. Então eu estive aqui no dia 25 de março, nos meses sequentes pedindo a garantia de direito da abertura dos conselhos gestores nos prontos atendimentos. No mês passado, eu estive aqui para buscar uma resposta. Depois de passados quatro meses de oportunidade para avaliação, tanto desse conselho, como para a gestão do hospital. Eu conversei com o Sr. Liba, e o Sr. Liba assinou para avaliação um simples ofício, que já dizia tudo que já está em ata e, está em minhas mãos. Essa foi a primeira pauta que eu representei a população. A segunda pauta, e essa de maior responsabilidade ainda eu, André Santos, estou como conselheiro municipal de saúde do Nis e do período de outubro de 2023 até nove de janeiro de 2025, a unidade enviou depois da primeira consulta no Nis aqui para o hospital quinze mil pacientes. Nesse período o hospital, o NIS e o conselho teve a resposta de 1.437 pacientes atendidos dentro da integralidade. E mais para frente, quando nós solicitamos uma nova resposta, o hospital deu como resposta. Eu espero que tudo isso continue constando em ata, porque aqui está sendo filmado. O hospital disse que não poderia informar o Nis, porque a lei de proteção aos dados não permitia. Gente educadamente eu pergunto se a demanda é ofertada, oferecida a vocês terceirizado através de convênio pelo Nis, que é um equipamento público de saúde. Como o hospital pode dizer para o Nis que a lei de proteção de dados não permite que o Nis tenha conhecimento e entendimento disso. Falando dessa pauta. Logo na sequência, nós tivemos uma reunião com o prefeito, juntamente com a secretária onde estavam presentes aqui alguns conselheiros e uma responsável aqui do hospital. Para a secretária foi feito o mesmo questionamento: secretária que atitude

que planejamento tem para essa situação? Onde parte do atendimento ofertado pelo São Vicente através de convênio era realizado no terceiro andar do São Vicente. Essa parcela desse serviço teve seu contrato encerrado e centenas de pessoas não tiveram sua integralidade no atendimento, lembrando que o hospital São Vicente não atende baixa complexidade é médio e alta, o que faz com que esse assunto seja de extrema importância. E fica juntando os montantes das pessoas nas UBS, perguntando o que vai ser da minha vida? Que estava marcado uma cirurgia, marcado exame e ninguém tem nenhuma notícia para dar para essas famílias. Lembrando também que isso está em rebanho lá no início, porque lá no início, nós não temos assistente social para dar apoio a essas pessoas nesse momento. São pessoas com câncer, com diversos diagnósticos e estão sofrendo em casa nesse momento com saúde mental, além do problema que elas têm, porque elas não sabem para onde vão. E a secretária de saúde disse, tenho documento também o que ela assinou. Então, veja só eu estive aqui em 25 de março, tenho a posse da ata. Mês passado que eu vim aqui. Toquei novamente no assunto. Pedi novamente um estudo, na secretaria de saúde está protocolada, tanto no hospital São Vicente como a Secretaria de Saúde desde 25 de março com este conselho que aqui que estão sabendo da situação. A secretária disse que a solução era ligar em cada UBS para buscar seus pacientes, ligar para eles e perguntar assim: Você ainda precisa de atendimento? Você está passando bem? Me digam se um atendimento de média e alta complexidade é para ter esse tipo de abordagem rasa. E terminando a terceira pauta para encerrar o assunto através da Lei nº 12.527/2011 existe o direito à transparência, ao cidadão de informações de todos os níveis, inclusive da saúde. Então, hoje eu tenho um abaixo-assinado nesse período com mais de duas mil assinaturas. As pessoas aqui me ajudaram e sabem disso porque eu tenho que resguardar. Eu represento essas pessoas e, essas pessoas desejam sim, que seja feita uma ferramenta dentro do São Vicente, onde a pessoa tem acesso ao seu número na fila de transparência. E não que ela venha aqui brigar, porque quando ela vem aqui no São Vicente, o São Vicente não fornece na ouvidoria. Se dizer que não, eu venho com o paciente, ao vivo e mostro. E lá no térreo na prefeitura, a mesma coisa. Já foi falado e debatido esse assunto e eu gostaria de saber sobre essas três pautas. Educadamente, dizendo: essa é minha última vez que eu venho ao São Vicente garantir o direito de muitos dentro de lei, não vim aqui mandar em ninguém. Como dizem que o conselheiro quer mandar. Eu não quero mandar. A partir do momento que um direito não é garantido a gente tem que gritar por ele. Espero uma resposta. Sra. Maria Cleuza diz André só para lembrar uma coisa, esse convênio foi encerrado em novembro do ano passado, em dezembro os pacientes chegavam para fazer retorno no Nis, não sabiam onde estavam. Não tinha médico, ninguém foi comunicado. Foi na gestão passada, não é para falar mais em gestão passada, mas sou obrigada agora porque eu acompanhei muitos pacientes do Nis. Fui conselheira do Nis. Eu não era do conselho municipal do Nis, era do conselho gestor do Nis e, aí nem para UBS veio, eu peguei casos de câncer, toquei para frente, porque passei direto para o médico. A prefeitura quando entrou, não teve acesso. Não foi recebida pela gestão da diretoria passada do hospital. Não foi passado, nem sabiam porque, não foi perguntado se eles iam continuar. Eu acompanhei isso, inclusive peguei casos na rua para poder dar andamento. A prefeitura ficou sem saber quem ficou sem tratamento, quem foi avisado, pacientes que foram tirados. Isso foi tirado quando estava o Matheus, ficaram sem funcionários, sem médicos. Isso deveria ter sido feito em dezembro, porque hoje muitos pacientes até interromperam o tratamento. Sr. Andre diz eu gostaria de saber o que a gestão do hospital tem a dizer, sobre a criação da ferramenta da fila de transparência de cirurgias e a abertura dos conselhos gestores dentro dos prontos atendimentos, ambas amparadas em lei. Liba, vamos poder abrir os editais e criar os conselhos dentro dos prontos atendimentos? Sr. Liba responde sobre a fila cirúrgica a comissão que foi criada fara o acompanhamento das filas cirúrgicas. A prefeitura e o HSV unificaram as filas cirúrgicas, a ferramenta para ter acesso a fila está em desenvolvimento pela equipe de TI. O departamento de TI está passando por algumas mudanças devido a problemas que ocorreram. O ministério público federal também está acompanhado as filas cirúrgicas. Com relação a criação de conselhos gestores nos prontos

atendimentos, eu passei essa demanda ao setor jurídico, envio isso até sexta no seu whatsApp. Sr. Andre diz eu preciso de data rápida. Eu precisaria que o senhor me desse uma data hoje, porque eu tenho que ter um limite de responsabilidade com as pessoas que eu represento como conselheiro. Porque se uma vez, ele entendeu que, desde de 25 de março eu não consigo chegar a uma conclusão. Eu vou precisar de uma instância externa para vir aqui articular, mediar no hospital, o direito. Eu preciso de uma resposta de vocês. Sim ou não? Se sim, bacana. Se não, eu vou seguir o rumo para buscar uma mediação com vocês. Existe a jurisprudência. Nós tivemos conselho no pronto atendimento no PA da ponte. Foi maravilhoso, comparando com o que acontece hoje nos outros prontos atendimentos, não tem porquê, gente, se está tudo certo, se está tudo bacana, não tem, porquê. O conselheiro só está aqui para ajudar. Sr. Liba reforça que vai falar com o setor jurídico. Sr. Andre pergunta na próxima reunião tem uma resposta? Sr. Liba responde que sim. Sr. Andre pede que seja registrado em ata que teremos uma resposta na próxima reunião desse conselho gestor. Se o hospital entende a necessidade de respeito à lei 8.142/90, lembrando da jurisprudência do PA da Ponte. Sr. Liba informa que será um parecer jurídico. Sr. Andre diz eu vou em busca do parecer jurídico do Conselho Estadual de Saúde, que fala muito sobre esses temas dentro das suas resoluções. Dá uma pesquisada lá, que vocês vão ver. Sra. Maria Cleuza responde até porque os PA´s quem está acompanhando é o conselho do São Vicente que está visitando todos os PA´s. Inclusive o PA antigo da Ponte. Era mais da prefeitura do que do São Vicente. Agora que está separado no PA novo. Mas eu sei que os conselheiros estão acompanhando e não deixaram de acompanhar até hoje. Sr. Wilson pede a palavra e diz quando eu quis falar da comissão de acompanhamento, foi retirado da pauta que era a comissão de acompanhamento do sistema online. Também junto com os pacientes e aqui ficou suprimida essa informação que eu esqueci de trazer para vocês aqui. Pergunta ao Sr. Liba se a tascom está em algum imóvel alugado. E qual é o endereço presidencial que está aqui na lista? Sr. Liba responde o setor de TI, ele tem funcionários próprios nossos e alguns da tascon, hoje não é mais só tascon. Temos um próprio gerente de TI e a tascon presta alguns serviços. O endereço é ao lado do ambulatório do colaborador. Sr. Wilson fala, mas sua fala não foi compreendida. Sra. Lucimara pede a palavra e diz quando nós assumimos, a ortopedia funcionava no terceiro andar do Nis. Foi um problema, foi difícil acessar um documento que nos direcionasse aos pacientes que aguardavam retorno. Mas nós conseguimos um levantamento, que sim, eu admito. Pode ter sido falho, mas os nomes dos usuários que chegaram, que a gente conseguiu acesso numa lista de espera aqui no nosso departamento. Pedimos ajuda da Cijun, filtramos para entender em qual endereço e qual era a unidade de referência de cada usuário, encaminhamos uma mensagem individual para esse usuário que o hospital faria o agendamento de retorno. Isso para dentro do ambulatório de ortopedia do hospital São Vicente. Eu entendo que sim, pode ter ocorrido falha e a gente ainda está aqui à disposição para resolver as questões desses usuários. E qualquer coisa que você necessite ou qualquer usuário que você entenda que está desassistido dentro do sistema. Por favor, eu peço que você nos avise de alguma forma, porque eu pessoalmente e, a equipe que está aqui estamos trabalhando em relação a isso. Sr. Andre diz muito importante esse assunto que você colocou, porque precisa ser muito bem analisado e definido o pós-operatório desses pacientes, porque a gente não sabe se o São Vicente tem a capacidade de fazer o pós-operatório da ortopedia, a gente não sabe se eles precisam voltar para UBS e se a UBS terão a capacidade de fazer esse pós-operatório dentro desses 15 mil pacientes. Então que deixem gravado que é muito importante. O São Vicente está tendo a capacidade do pós-operatório de ortopedia, ele está transferindo para a unidade básica de saúde. O que ele está transferindo está sendo adequado. Porque se eu estou trazendo isso, é porque eu já estou ouvindo reclamações. Sra. Isabel pede a palavra e diz eu sou uma das pacientes que estava no terceiro andar, eu estava fazendo tratamento com cardiologista, depois que tirou nem sei para onde eu vou mais. Pergunta, Sr. Liba se tem a possibilidade do São Vicente voltar para o terceiro andar do Nis? Eu sou conselheira na unidade e sei a dificuldade que estamos passando. Sr. Liba responde essa pergunta tem que ser direcionada a

prefeitura. Sra. Lucimara responde em relação a gente ampliar a capacidade do Nis hoje, eu não sei se a senhora já ficou sabendo. Nós publicamos que a prefeitura fez adesão ao consórcio ao Sismetro. Inicialmente, nós temos uma restrição orçamentária importante. Mas vai ser possível a gente ampliar a capacidade do Nis através da adesão a esse consórcio. Em breve nós vamos colocar alguns especialistas atendendo no terceiro andar do Nis. Então a parceria nesse momento não vai se dar através do hospital São Vicente. Mas através do Sismetro que é esse consorcio. Sra. Isabel responde assim fica perfeito, a gestão passada passou, agora a gente está falando da atual. A gente tem que trabalhar em parceria para trazer melhorias para a comunidade. Porque estamos para brigar pelos profissionais e usuários. Como eu disse eu estava nessa fila, mas meu caso eu ainda consigo correr atrás, mas e o restante. A Dona Cleuza falou do pessoal oncológico e tudo mais. E o restante, para onde vai. Por isso eu acho importante de voltar. Fico feliz com a notícia que vai ter especialista. Sra. Lucimara responde como parte da gestão. A gente entende, Isabel, que é sim, um ambulatório que a gente pretende intensificar e fazer alguns investimentos. É que tudo não acontece no tempo que a gente gostaria. Em relação ao sismetro, a gente vai conseguir agora, a partir de setembro. A outra informação que o André também trouxe em relação ao serviço social. A gente também já tinha feito como diagnóstico a situação que o equipamento requer esse profissional. A profissional que ia sumir do concurso, que a gente já tinha destinado para o Nis. Ela acabou desistindo da vaga. E isso também retardou o processo, mas ele está em andamento e muito em breve, nós teremos uma assistente social exclusiva do equipamento e faremos mais adesões com especialistas. Sr. Isabel diz que isso é muito importante, eu recebi duas reclamações, eu coloquei no grupo nosso sobre assistente social, porque o pessoal não tem com quem conversar. Tem poucos funcionários lá. Então fica difícil, complicado para eles, para vocês e para nós. Eu fico feliz que vocês estão tomando providências. Sr. Clodoaldo solicita uma conversa com o Sr. Liba. Sr. Liba responde que pode atender. Sem mais assuntos a serem tratados. Finalizando a reunião, o presidente Marcel agradece a todos os participantes e encerrando a reunião às 16h30. Eu, Valéria Cristina de Freitas Abreu, redigi e lavro a presente ata.

Compromissos (pendências):

Jundiaí, 02 de setembro de 2025.

Assinaturas:

Adilson A. Ferreira Dias Conselheiro Usuário	Maria C. Buoni Cunha Conselheiro Usuário	Cleber R. de Oliveira Conselheiro Usuário	Clodoaldo F. Dias Conselheiro Usuário
Ivete de Campos	Wilson H. S Conceição	Lenira F. Soares	Cleverson I. Teixeira

Conselheiro Usuário	Conselheiro Usuário	Supl. Usuário	Supl. Usuário
Isabel M. S. Franco Supl. Usuário	Jose M. de Azevedo Supl. Usuário	Agostinho P. Campos Rep. Micro -Região	Ralf M. de Carvalho Rep. COMUS
Thaiza S. C. P. Soares Supl. COMUS	Camila B. Moreira Rep. Trabalhadores	Selma R. R. de Melo Rep. Trabalhadores	Gabriel Victor Nabas Rep. Trabalhadores
Vanessa C.P. Donadon Supl. Trabalhadores	Cleberson de S. Silva Supl. Trabalhadores	Pedro Nardir Monteiro Supl. Trabalhadores	Beatriz L. de Castro Rep. Assoc. Trab.
Andrea Tropea Supl. Assoc. Trab.	Amauri Liba Rep. Diretoria HCSVP	Marcel A. de Oliveira Rep. Diretoria HCSVP	Valter J. Kurgonas Supl. Diretoria HCSVP
Lucimar M. Lima Supl. Diretoria HCSVP	Maria da C. S. Sobral Rep. Dir. Estatutária	Claudio R. Mariano Supl. Dir. Estatutária	Lucimara L. Mantovani Rep. Adm. Pública
Glauco A. Franco Supl. Adm. Pública	Valeria C. de F. Abreu Secretaria CGHCSVP		

Marcel A. de Oliveira

Presidente do Conselho Gestor
Hospital de Caridade São Vicente de Paulo